

RETRATOS DE GOVERNANÇAS DAS ÁGUAS NO BRASIL

Perfil dos Representantes Membros de comitês
de Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina

Fernanda Matos

Alexandre de Pádua Carrieri

Ivan Beck Ckagnazaroff

Angelo José Rodrigues Lima

Haroldo Bontempo Júnior

Fernanda Matos
Alexandre de Pádua Carrieri
Ivan Beck Ckagnazaroff
Angelo José Rodrigues Lima
Haroldo Bontempo Júnior

Retratos de governanças das águas do Brasil: perfil dos representantes membros de comitês de bacias hidrográficas do Estado de Santa Catarina

Belo Horizonte
FACE/UFMG
2019

Este relatório compõe uma série sobre o Perfil dos Representantes Membros de Comitês de Bacia Hidrográfica no Brasil, integrando o Projeto Governança dos Recursos Hídricos.

© Este material pode ser utilizado desde que citado a fonte.

Este Relatório e a coleção completa pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Publicações do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade, Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD) Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Acesse: <https://blogdoneos.wordpress.com>

/// Fernanda Matos

Doutoranda em Administração, UFMG.

/// Alexandre de Pádua Carrieri

PhD em Administração. Professor Titular, UFMG.

/// Ivan Beck Ckagnazaroff

PhD em Administração. Professor Titular, UFMG.

/// Angelo José Rodrigues Lima

Doutor em Geografia; Secretário Executivo do Observatório da Governança das Águas.

/// Haroldo Bontempo Júnior

Graduando em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 (Programa Pró-Recursos Hídricos - Chamada N° 16/2017)

	Retratos de governanças das águas do Brasil: perfil dos representantes membros
R438 2019	de comitês de bacias hidrográficas do Estado de Santa Catarina / Fernanda Matos ... [et al.]. – Belo Horizonte: FACE - UFMG, 2019. 37p.: il. - (Perfil dos representantes membros de comitês de bacia hidrográfica no Brasil)
	ISBN: 978-85-60500-14-7 Inclui bibliografia.
	1. Recursos hídricos - Desenvolvimento. 2. Bacias hidrográficas – Santa Catarina. 3. Governança. I. Matos, Fernanda. II. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração.
	CDD: 333.7

Elaborado por Adriana Kelly Rodrigues CRB6-2572
Biblioteca da FACE/UFMG – AKR/145/2019

* Agradecemos aos representantes pelo tempo dedicado para responder o questionário de pesquisa, e a todos que auxiliaram na realização de contatos com os Membros Representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado, em especial, Rose Adami.

5

APRESENTAÇÃO

6

OS COMITÊS DA BACIA

8

ASPECTOS METODOLÓGICOS

9

OS COMITÊS DA BACIA HIDROGRÁFICA EM SANTA CATARINA

12

Composição e representação

13

Perfil socioeconômico dos representantes

20

Percepções dos representantes
sobre o processo decisório

25

Percepções dos representantes
sobre os organismos colegiados

32

APONTAMENTOS FINAIS

36

REFERÊNCIAS



APRESENTAÇÃO

A gestão das águas, como um bem de domínio público, apresenta-se como um dos maiores desafios colocados para a sociedade nos últimos tempo, dada sua fundamental importância na vida humana e no meio ambiente.

Este relatório compõe a série 'Retratos de Governanças das Águas' que tem como objetivo analisar o perfil dos representantes membros de comitês de bacia hidrográfica no Brasil, integrando o Projeto Governança dos Recursos Hídricos.

O desenho do estudo partiu da perspectiva que podemos analisar os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), como arranjos de governança compostos por diferentes atores que possuem atribuições de mediar, articular, aprovar e acompanhar as ações para o gerenciamento dos recursos hídricos de sua jurisdição. Os Comitês são órgãos colegiados que possuem atribuições normativas, consultivas e deliberativas, que têm por objetivo promover o planejamento e a tomada de decisões acerca dos usos múltiplos dos recursos hídricos no âmbito da bacia hidrográfica, região compreendida por um território e por diversos cursos d'água.

Se trata de uma pesquisa exploratória e descritiva na qual procurou se, a partir de uma primeira exploração das informações disponíveis, descrever a característica dos atores que participam da gestão dos recursos hídricos, com vista a identificar: quem são os atores que participam dos processos de formulação das políticas das águas no nível de bacias hidrográficas e quem são os sujeitos sociais que participam dos processos de formulação e deliberação de políticas da gestão dos recursos hídricos.



OS COMITÊS DA BACIA



A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) foi instituída tendo como objetivo principal assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, buscando a prevenção e o desenvolvimento sustentável pela utilização racional e integrada dos recursos hídricos. Alguns de seus princípios foram: o reconhecimento da água como bem público, finito e vulnerável, dotado de valor econômico e; adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento descentralizada e participativa. Segundo a PNRH, os Estados, assim como o Distrito Federal, são responsáveis pela gestão das águas sob seu domínio, devendo, então, elaborar legislação específica para a área, organizar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e garantir o funcionamento dos comitês de bacia em sua região. Cabe aos os Poderes Executivos do Distrito Federal e dos municípios promover a integração das políticas locais de saneamento básico, de uso, ocupação e conservação do solo e de meio ambiente com as políticas federal e estaduais de recursos hídricos (Brasil, 1997).

Como estabelecido pela PNRH, os Comitês de Bacia Hidrográfica são fóruns de decisões no âmbito das bacias hidrográficas. Estes destinam-se a atuar como “Parlamento das Águas”, ou seja, são organismos colegiados consultivos e deliberativos para a gestão dos recursos hídricos na respectiva escala hidrográfica. Eles se caracterizam pela: descentralização do poder de decisões; integração das ações públicas e privadas e; participação de todos os setores sociais. A sua constituição está prevista na Lei no 9433/1997 com vista ao estabelecimento de espaços de interação entre o poder público e atores da sociedade e mercado, estando principalmente voltados à promoção de articulação política no âmbito local. Em outras palavras, à eles são atribuídos a promoção dos debates das questões relacionadas aos recursos hídricos na totalidade da bacia hidrográfica. Portanto, a instalação dos comitês de bacias é atividade primordial para o bom andamento da gestão das águas.



SUAS PRINCIPAIS COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DE SUA ÁREA DE ATUAÇÃO, SÃO:

- **I)** promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes;
- **II)** arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos;
- **III)** aprovar o plano de recursos hídricos da bacia;
- **IV)** acompanhar a execução do plano de recursos hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas;
- **V)** propor ao conselho nacional e aos conselhos estaduais de recursos hídricos as acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direitos de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes;
- **VI)** estabelecer os mecanismos de cobrança pelo uso de recursos hídricos e sugerir os valores a serem cobrados;
- **VII)** estabelecer critérios e promover o rateio de custo das obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo.



Os Comitês são compostos por membros titulares e suplentes, sendo sua estrutura paritária constituída pelo poder público estadual cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação: o poder público municipal; os usuários de água de sua área de atuação e; representantes das entidades civis de recursos hídricos com atuação comprovada na bacia. Nos Comitês de Bacia Hidrográfica de bacias cujos territórios abrangem terras indígenas devem ser incluídos representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, como parte da representação da União, e das comunidades indígenas ali residentes ou com interesses na bacia.

O processo eleitoral desses membros, como estabelecido pela Agência Nacional das Águas (2011b), deve ser conduzido de modo a garantir a oportunidade de participação de todos os atores da bacia. Os membros que compõem o colegiado são escolhidos entre seus pares, sejam eles dos diversos setores usuários de água, das organizações da sociedade civil ou dos poderes públicos.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Bobbio (1986), em seu trabalho “O Futuro da Democracia”, já advertia que um processo democrático é caracterizado por um conjunto de regras que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. O autor ainda destaca que mesmo as decisões de grupo são tomadas por indivíduos (o grupo como tal não decide). Por isto, afirma o autor, “para que uma decisão tomada por indivíduos (um, poucos, muitos, todos) possa ser aceita como decisão coletiva é preciso que seja tomada com base em regras que estabeleçam quais são os indivíduos” autorizados a tomar as decisões vinculantes ao grupo, o arranjo representativo e as ações oriundas deste. Portanto, parte-se do pressuposto que o pleno funcionamento dos comitês e o exercício ativo dos representantes dos diferentes segmentos deveria contribuir para assegurar o acesso sustentável à água de qualidade, em quantidade adequada à manutenção dos meios de vida, do bem estar humano e do desenvolvimento socioeconômico. Ou seja, promover a segurança hídrica deve ser o foco principal daqueles que realizam a gestão dos recursos hídricos.

8

No que se refere aos procedimentos necessários à obtenção de dados, na primeira etapa recorreu-se ao levantamento da quantidade de Comitês de Bacia Hidrográfica no Estado e a quantidade de membros em cada organismo. À medida que iam sendo obtidos esses dados, já na segunda etapa da pesquisa foram realizados os contatos e envio de questionários por meio eletrônico para os representantes dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) abrangidos. Os sujeitos da pesquisa foram compreendidos como “atores sociais” com o potencial para protagonizar o processo de formulação, implementação e avaliação das ações voltadas para à política de águas, expressando as demandas sociais.

No processo de análise das respostas recebidas foram excluídas aquelas consideradas como duplicidades e as incongruentes, resultando na obtenção de uma amostra de 45% dos assentos, incluindo titulares e suplentes. A operacionalização da análise se baseou no conjunto das seguintes categorias analíticas que orientaram a discussão do problema: I) composição e representação; II) perfil socioeconômico dos representantes e; III) percepção sobre o processo decisório.



**OS COMITÊS
DE BACIA
HIDROGRÁFICA EM
SANTA CATARINA**

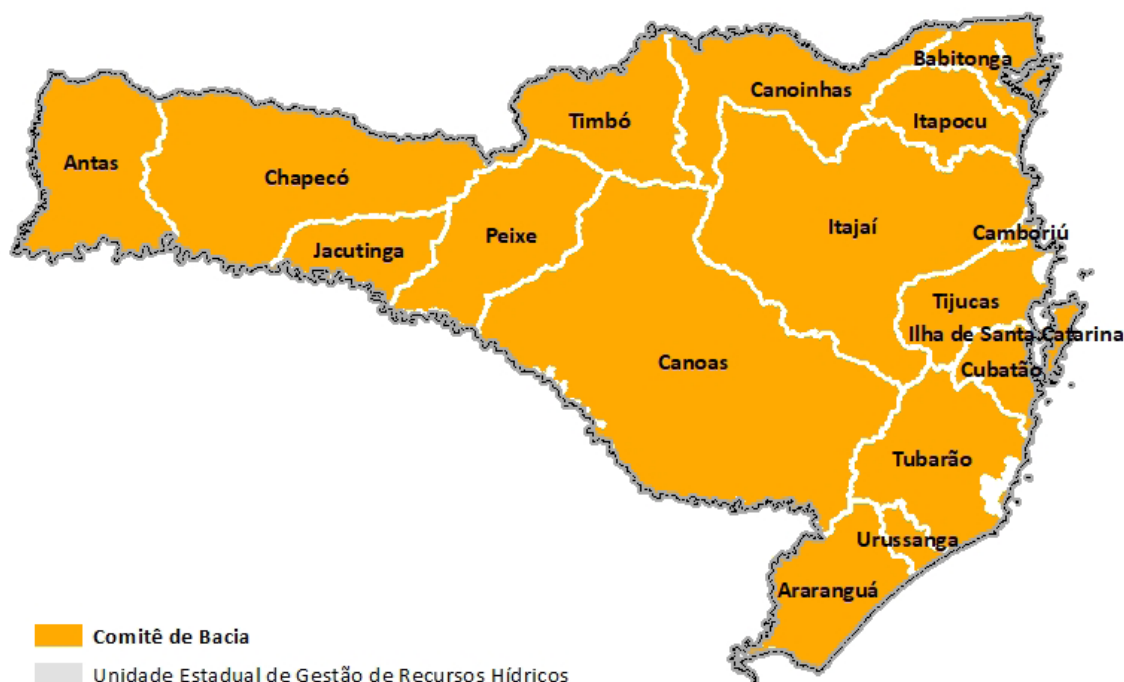


Figura1: Estado de Santa Catarina. ANA – Pró gestão

Assim como outros estados, Santa Catarina também se antecipou à Lei Federal de Recursos Hídricos, em 1997. A primeira Lei do Estado de Santa Catarina relacionada com recursos hídricos foi a criação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, em 16 de dezembro de 1985, pela Lei nº 6.739. Seu regimento interno foi definido em 1991, com o decreto nº 1.003.

Em 1993 foi instituído o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos no estado (Lei nº 9.022) e no ano seguinte, a Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº9.748). A Lei nº 15.249, de 3 de agosto de 2010, alterou dispositivos da Lei nº 9.022/1993, que dispõe sobre a instituição, a estruturação e a organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos. No Capítulo V da Lei 9.748/1994 foi instituído o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, para suporte financeiro da política é administrado pelo Órgão Central do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos e supervisionado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

A Tabela 1 a seguir apresenta de forma detalhada a situação dos 16 Comitês de bacias hidrográficas, criados e instalados, no Estado de Santa Catarina entre 1993 a 2010.

COMITÊ DE BACIA INSTALADOS	ANO DE CRIAÇÃO	N. MEMBROS (titulares e suplentes)	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO*
CBH do Rio Cubatão Do Sul	1993	25	5	403.000
CBH do Rio Camburiú	1997	30	2	53.000



CBH do Rio Itajaí	1997	49	53	1.249.000
CBH do Rio Tubarão e Complexo Lagunar	1997	29	25	361.000
CBH dos Rios Cubatão e Cachoeira CBH	1998	47	6	577.000
CBH do Rio Araranguá	2001	45	16	403.000
CBH do Rio Canoas	2001	40	32	408.000
CBH do Rio do Peixe	2001	49	29	251.000
CBH do Rio Itapocu	2001	37	14	221.000
CBH do Rio Tijucas	2001	45	9	58.000
CBH do Rio Timbó	2002	41	12	11.000
CBH do Rio Canoinhas	2003	39	5	68.000
CBH do Rio das Antas e Bacias Contíguas	2003	40	35	63.000
CBH do Rio Jacutinga e Bacias Contíguas	2003	56	10	62.000
CGBH do Rio Urussanga	2006	40	9	103.000
CBH dos Rios Chapecó e Irani	2010	65	52	700.000
Total		677		

Tabela 1: Relação de Comitês de Bacias Hidrográfica instalados no Estado de Santa Catarina

Fonte: SIRHESC e ANA. Dados de pesquisa



COMPOSIÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Comitês de bacia hidrográfica são fóruns em que um grupo de pessoas se reúne para discutir sobre um interesse comum que é o uso da água da bacia. Buscando compreender quem são as pessoas que fazem parte desses fóruns, encaminhamos o questionário de pesquisa, dividido em três partes. Nas primeiras questões propostas no questionário encaminhado para os representantes de comitês de

bacia buscamos identificar quem são os sujeitos sociais que atuam nesses espaços, apresentando o perfil dos participantes. A partir dessa caracterização pode se analisar e discutir se os organismos de bacia são capazes de incluir sujeitos que estão tradicionalmente pouco inseridos em espaços de decisão.

A composição de um comitê de bacia deverá refletir os múltiplos interesses com relação às águas da bacia. De forma geral, são três os interesses que se expressam nas bacias: dos **usuários** diretos de recursos hídricos (sujeitos ou não à outorga de direito de uso); dos **poderes públicos** constituídos (municípios, estados e União) na implementação das diferentes políticas públicas; e das **organizações civis** na defesa dos interesses coletivos e com o olhar dos interesses difusos. Em resumo, “esse conjunto de representações deve buscar reunir os antagonismos dos interesses sobre a água, porém, o uso dos recursos hídricos deve ser sustentável de modo a assegurar condições não só para as atuais gerações, mas também para as futuras” (ANA, 2011).

Em linhas gerais, pode se dizer a definição das características que qualificam o representante como o mais adequado para defender os interesses de determinado segmento é realizada entre os seus pares em assembleias setoriais, convocadas mediante publicação de edital dos comitês para escolha dos representantes. Esses representantes são geralmente credenciados por uma comissão eleitoral e, depois de cumprida a etapa de apresentação dos documentos comprobatórios estabelecidos pelo comitê, eles se encontram aptos para participar do processo de escolha dos membros do colegiado.

Dos respondentes do questionário de pesquisa, 75% são representantes titulares, e os demais (25%) são suplentes. No que se refere ao setor de representação: 28% dos respondentes pertencem ao segmento dos usuários de água; 14% do poder público municipal; 30% da sociedade civil; 21% do poder público estadual; e 8% do poder público federal. Importa realçar, que no caso da sociedade civil e dos usuários de água, essa representação está relacionada a entidades constituídas, e, nesse sentido, não existe espaço para a participação individual.

Cabe ainda salientar que uma entidade representa um conjunto de seus pares. Uma pessoa é nomeada representante dessa entidade no comitê. Em outras palavras, é atribuído poder a um ator para tomar decisões em nome de uma organização e segmento de representação ao apresentar as perspectivas e ansiedades de um grupo, e ainda assim, pensar no interesse coletivo que é o uso racional dos recursos hídricos. Nessa perspectiva, entende-se que a participação ativa dos representantes



pode potencializar a gestão e conservação dos recursos na bacia hidrográfica que participam. Quanto a isso, vale lembrar que Norberto Bobbio (1986) assinala que a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, quer dizer que essa é a regra base da qual são consideradas decisões coletivas, e assim vinculadas para o todo o grupo, as decisões aprovadas pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão.

PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS REPRESENTANTES

Quando é observado o perfil dos representantes de acordo com o gênero, percebe-se inicialmente, que de forma geral, os CBHs do Estado de Santa Catarina possuem uma composição predominantemente masculina, tendo em vista diferença significativa no número de homens (62%) e mulheres (38%), nestes espaços. Dentre os segmentos de representação, o que apresentou maior equilíbrio de distribuição foi o da sociedade civil.



Gráfico 1: Distribuição dos representantes por sexo. Dados de pesquisa

A seguir, o Gráfico 2 indica como estão distribuídos os representantes nos comitês de bacia em Santa Catarina, segundo as faixas etárias. Os dados permitem assinalar, que a distribuição dos atores nos comitês concentra as maiores proporções (28%) nos representantes na faixa etária entre 51 a 60 anos. Entretanto, percebe-se que a maioria dos membros possui menos de 50 anos (59%), e ainda mostrando relativo equilíbrio entre as faixas etárias.





Gráfico 2: Distribuição dos representantes por idade. Dados de pesquisa

Considerando que o membro eleito deve estar preparado para defender os interesses do segmento que representa, segundo publicação da ANA (2011), também interrogamos os representantes sobre: o nível de escolaridade; área de formação; a experiência em outros organismos colegiados, tanto na área de recursos hídricos, quanto em outras áreas.

Ao ser analisado o **grau de escolaridade** dos que atuam nesses espaços, como mostra o Gráfico 3, chama a atenção o fato de 95,% dos integrantes dos CBH de Santa Catarina possuírem grau superior completo. Os dados mostram ainda que no que se refere à escolaridade os extremos estão situados no nível fundamental com 0,7% e no nível de doutorado com 11% de representantes. No que se refere à escolaridade, a pesquisa encontrou um perfil altamente escolarizado dos representantes, tendo em vista que 79% ingressaram em cursos de pós-graduação.

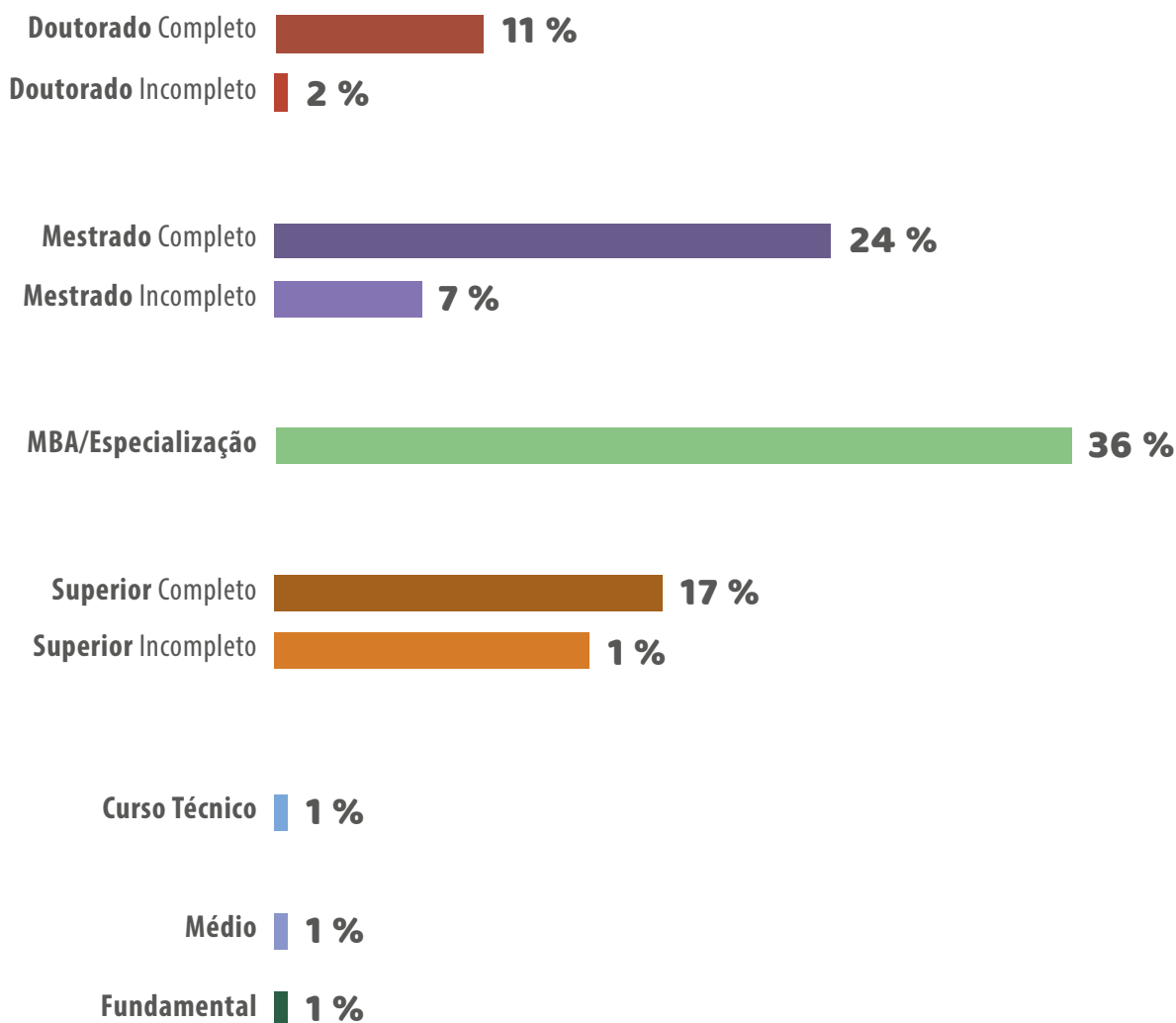


Gráfico 3: Escolaridade dos respondentes. Dados de pesquisa

Além disso, os comitês de bacias são espaços em que predomina a especialização dos atores por **áreas de formação** destacando-se os cursos de Engenharia (28%). Sendo citados na sequência as áreas de Ciências Sociais Aplicadas (Administração Pública e de Empresas, Contábeis e Turismo; Arquitetura, Urbanismo e Design; Comunicação e Informação; Direito; Economia; Planejamento Urbano e Regional; Demografia; Serviço Social) e Ciências Agrárias com 22% cada. Depois foram citadas as áreas de Ciências Biológicas, com 15%; Ciências Exatas com 5%; Antropologia, com 4%; Multidisciplinar e Ciências da Saúde; com 2%, e por fim, Linguística (1%), como pode ser observado no Gráfico 4. Mesmo apresentando uma composição com maioria especializada, vale registrar a diversidade das formações profissionais nos comitês de bacias de Santa Catarina, o que pode ajudar no processo de discussão e tomada de decisão, ainda mais considerando que na composição tem representantes com formação na área política e social.



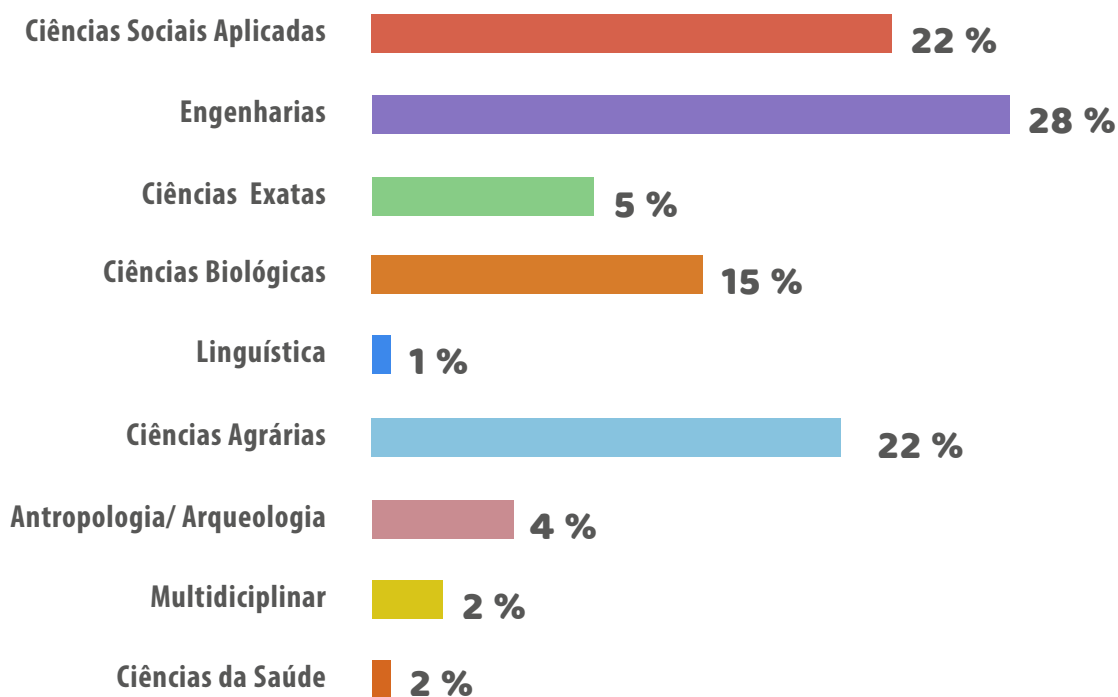


Gráfico 4: Distribuição dos representantes por área de formação (em%). Dados de pesquisa

No que se refere à distribuição dos recursos (Gráfico 5) os resultados do estudo mostram em relação à renda familiar, que de forma geral, entre os representantes, cerca de 82,8% ganham acima de R\$ 4.001,00. Ao se agrupar por categorias, observa-se que 20,9% possuem rendimentos acima de R\$ 12.001,00; 28,5% ganham entre 8001 a 12000 reais; 33,4% de 4001 até 8000; 12,6% recebem entre 2501 até 4000; 3,1% possuem rendimentos de 1501 a 2500; e apenas 1,5% recebe menos de 1500.

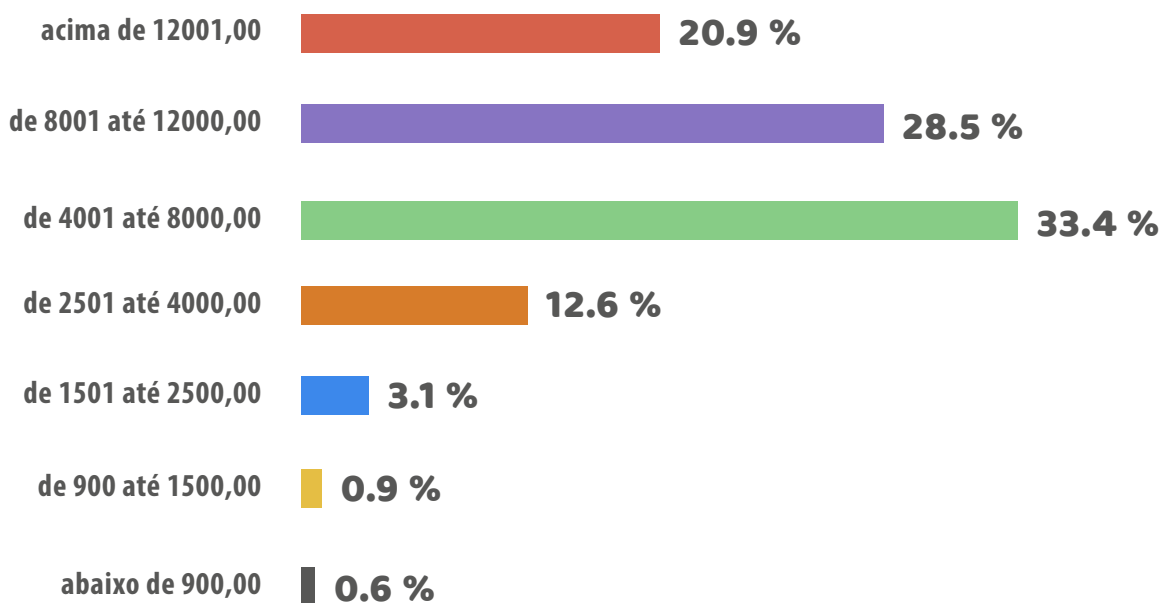
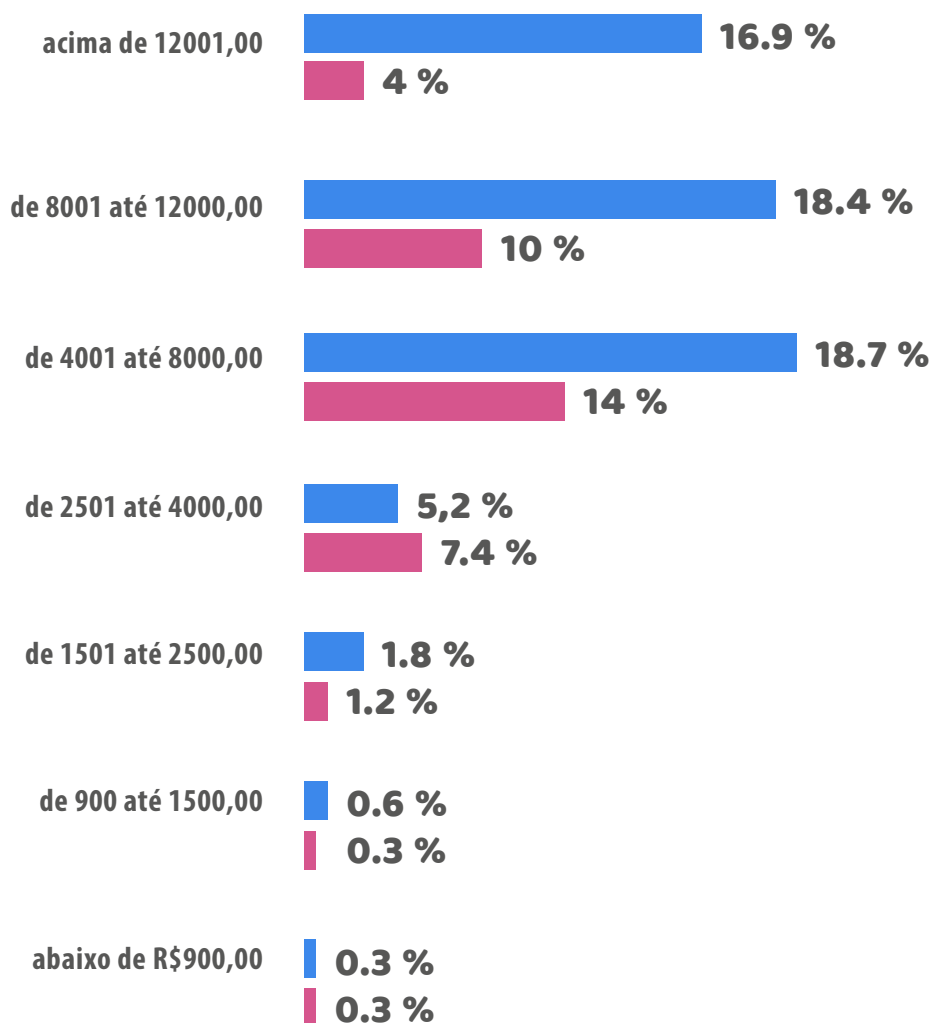


Gráfico 5: Renda familiar média dos representantes em porcentagem. Dados de pesquisa



Dos representantes que possuem os rendimentos mais elevados, observou-se que apenas 4% são do sexo feminino. Em uma análise comparativa percebe-se que não apenas as mulheres são ainda minoria nos organismos de bacia, mas também pertencem aos grupos com as rendas familiares mais baixas, o que de outro lado, pode ser considerado positivo pois isto pode significar que as mulheres é que estão representando outros segmentos ou mesmo segmentos mais pobres nos comitês de bacias. Este dado reforça a necessidade dos comitês de bacias refletirem sobre a questão de gênero e a representação das mulheres e dos setores mais pobres na gestão de recursos hídricos.



AZUL: Homens; **ROSA:** Mulheres

Gráfico 6: Renda familiar média dos representantes por sexo em porcentagem. Dados de Pesquisa

Os resultados encontrados indicam, majoritariamente, um perfil com renda acima da média do país, se comparado como o valor do salário mínimo estabelecido (R\$954,00) ou com o rendimento nominal mensal domiciliar per capita Nacional de 2.112,00 (IBGE, 2018). Esses dados corroboram com os apontamentos de Santos Junior et al., (2004, p.



37), que o perfil dos representantes constitui uma espécie de elite de referência, ou de uma comunidade cívica portadora de uma cultura associativa, caracterizada por um perfil socioeconômico superior e por maior grau de informação e de capacitação técnica e política, se comparada à média da população em geral. Ao serem desagregados pelo setor de representação (Gráfico 7), observa-se que os dados mostram um perfil de alta renda, sendo que este é mais acentuado entre os representantes do segmento de usuário e do poder público estadual.

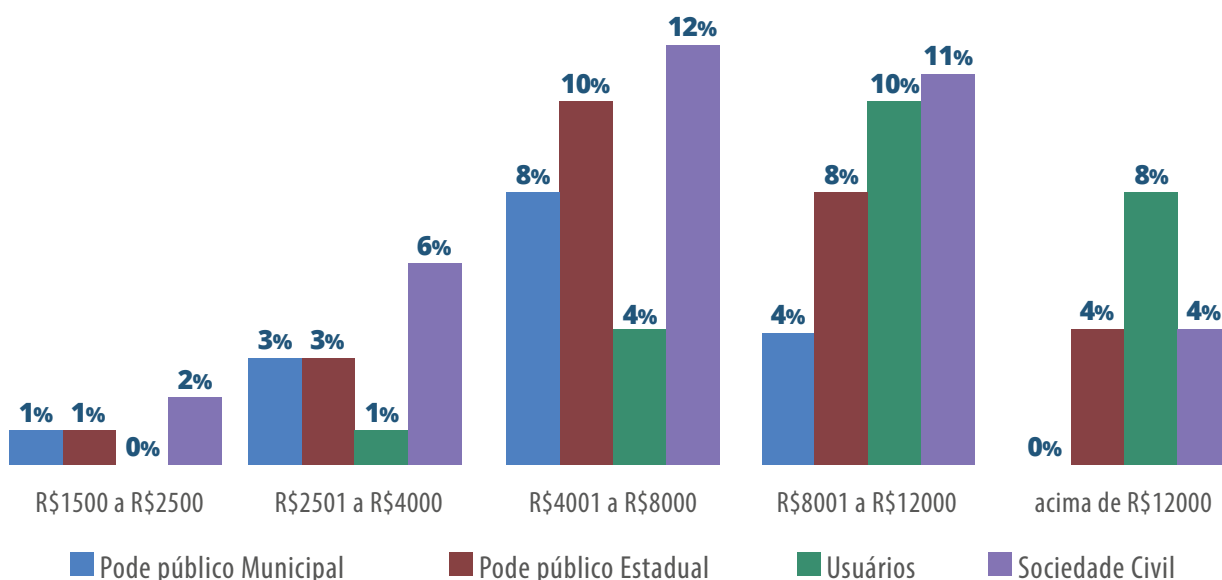


Gráfico 7: Renda familiar mensal por setor de representação (em%). Dados de pesquisa

Observa-se que dos 17% dos representantes que estão inseridos na categoria daqueles que possuem renda familiar até R\$ 4.000, um total de 4% são provenientes do poder público municipal; e 8% são provenientes da sociedade civil.

Perguntamos também aos representantes sobre o tempo de participação e representação em comitês de bacia, e observamos que 14% participam há menos de 1 ano da composição do comitê; 46% de 1 a 5 anos; 20% de 6 a 10 anos; 13% de 10 a 15 anos; 6% de 16 a 20 anos; 1% participam há mais de 20 anos. Quando se desagrega os dados pelo setor de representação observa-se que grande parte (92%) dos representantes do segmento do Poder Público Municipal participam a menos de 5 anos. Neste segmento, observou-se que 92,% dos representantes participam de comitês. No outro extremo, apresentou a maior concentração de membros que participam há mais de 11 anos os representantes usuários de água (25%). Os dados sobre o tempo de participação nos comitês de bacias de Santa Catarina podem trazer uma reflexão se está acontecendo o processo de renovação e/ou formação de novos quadros para a gestão das águas no Estado.



Considerando que a experiência participativa dos atores representantes, tanto do ponto de vista individual, quanto do ponto de vista das organizações civis representadas nos CBH do Estado de Santa Catarina, representa um diferencial importante para assegurar a concretização do potencial que se espera dos arranjos de governança no que diz respeito ao processo decisório das políticas públicas das águas, os resultados da pesquisa permitiram constatar uma fraca inserção dos representantes dos comitês de bacias em outros organismos colegiados relacionados à gestão de recursos hídricos. Ao ser questionado se os representantes dos comitês de bacia participam também de outros organismos colegiados relacionados à gestão de recursos hídricos 18% dos respondentes informaram que participam e 82% disseram que participam apenas do Comitê de Bacia no qual fazem parte.



Gráfico 8: Participação em outros organismos de gestão de recursos hídricos (em %). Dados de pesquisa

Esses dados permitem perceber que, dos 18% dos respondentes do Estado de Santa Catarina, além de participarem de comitês de bacia, participam também do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (4%); do Conselho Estadual de recursos Hídricos (8%); Fórum Nacional de Comitês de Bacia (76%); e Fórum Estadual de Comitês de Bacia (12%). Este resultado pode ser positivo pois, ao participarem de outros organismos colegiados que também debatem recursos hídricos os representantes de comitês do Estado de Santa Catarina podem ampliar a integração e articulação para troca de experiências e aprendizado com outras esferas de participação. O mesmo pode ser considerado em relação a participação no Conselho Nacional de Recursos Hídricos e no Fórum Nacional de Comitês de Bacias.

Por outro lado, dado que a dinâmica política que caracteriza o estabelecimento dos arranjos tem um papel importante na atuação dos representantes nos espaços de decisão das políticas das águas, os dados da pesquisa mostram que além de participar do comitê de bacia, 46% dos atores representantes indicaram que também participam de outros organismos colegiados (Gráfico 9), como por exemplo: conselhos de educação e de saúde.





Gráfico 9: Participação em outros colegiados em porcentagem. Dados de pesquisa

Especificamente, os outros organismos colegiados mencionados foram: Comissões Temáticas OAB; Conselho Consultivo do Parque Municipal da Lagoa do Peri; Conselho da Cidade; Conselho de Agricultura; Conselho de Alimentação Escolar; Conselho de defesa do consumidor; Conselho de Desenvolvimento Econômico, Local, Municipal, Rural, Urbano; Conselho de Educação; Conselho de Resíduos Sólidos Conselho de Saneamento; Conselho de Saúde; Conselho de Sustentabilidade e Agronegócio; Conselho de Unidades de Conservação; Conselho do Museu Angelo Spricigo; Conselhos Municipais: da Criança e do Adolescente; de Defesa Civil; de Inovação; de Meio Ambiente; de Relações Federativas e Internacionais; de Segurança Alimentar; do Patrimônio Natural e Cultural; de Turismo e Agricultura; além da Educafro; e Fundação Universitária.

A participação dos representantes em comitês de bacia em outros organismos colegiados pode contribuir para a articulação e integração da temática recursos hídricos em outras políticas públicas. As diversas formas de participação são importantes para a construção de uma sociedade democrática. Algumas formas de participação são apenas consultivas, enquanto os comitês de bacia diferem de outras formas de participação previstas em outras políticas públicas, pois têm como atribuição legal deliberar sobre a gestão da água fazendo isso de forma compartilhada com representantes da sociedade civil e dos usuários, e do poder público.



PERCEPÇÕES DOS REPRESENTANTES SOBRE O PROCESSO DECISÓRIO

Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH) são instituições participativas por envolverem conjuntos de normas e procedimentos que estruturam a ação social e política, tal como instituições políticas mais tradicionais (eleições, assembleias e outras). Além disso, as instituições participativas, por meio de suas instâncias representativas – formalmente

organizadas e vinculadas a estruturas do Estado – proporcionam a vocalização de demandas, a discussão pública e a formação de acordos a partir da contribuição de cidadãos e grupos organizados da sociedade.

De acordo com a legislação, os CBH devem definir as regras a serem seguidas com relação ao uso das águas. E a composição dos comitês deve refletir, como foi já referido anteriormente, os múltiplos interesses com relação às águas da bacia. No exercício das funções os representantes refletem os interesses da organização que representam e do segmento no qual fazem parte. Neste sentido, o representante é indicado e está sujeito a um mandato vinculado. Entretanto, há sempre o risco que ocorra a auto representação, ou seja, um representante eleito entre seus pares pode defender interesses próprios ou particulares, e não compartilhar com o grupo as questões debatidas. Desta forma, este membro não estaria representando adequadamente os interesses para os quais foi eleito.

Considerando esses apontamentos questionou-se aos membros dos comitês com que frequência, no exercício do seu mandato como representante, eles mantêm contato com as sua(s) base(s) de apoio /organização no qual representa para tratar assuntos específicos como: construir e/ou fortalecer as articulações com o seu segmento representação; para prestar contas sobre a atuação; relatar os debates e deliberações; e para definir ou sustentar um posicionamento nas reuniões nos comitês (Gráfico 10). Após a análise dos dados percebe-se que 64% dos representantes mantêm contato sempre ou com frequência; 28% fazem contato às vezes; 1% o fazem raramente; e 5% dos respondentes informaram que não possuem uma base de apoio.

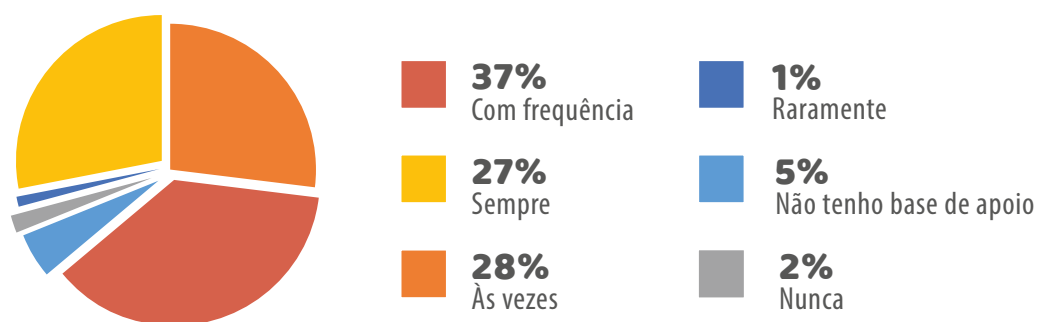


Gráfico 10: Frequência de contato com a base de apoio. Dados de pesquisa

Em sequência, perguntamos com que frequência eles consultavam sua base de apoio para construir e/ou fortalecer as articulações com o seu segmento representação; para prestar contas sobre a atuação; relatar os debates e deliberações; e para definir ou sustentar um posicionamento nas reuniões nos comitês. Como pode ser observado no gráfico 11, cerca de 59% (média) dos representantes, mantêm contato mais frequente com sua base de apoio, ou seja, a organização no qual representa no Comitê de Bacia.



Para construir / fortalecer articulações com seu segmento:



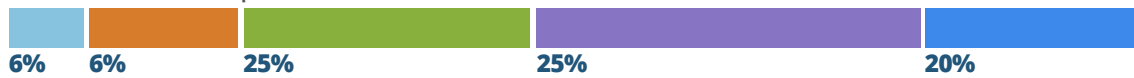
Prestar contas sobre a sua atuação no CBH:



Relatar os debates / deliberações do CBH:



Definir/sustentar posicionamento no CBH:



■ Nunca ■ Raramente ■ Às vezes ■ Frequentemente ■ Sempre

Gráfico 11: Frequência de consulta a base de apoio (organização que representa). Dados de pesquisa

A questão da representação, uma vez acertado quem (pessoa) representa quem (organização), tem-se a pergunta: “Como o representa?”, tendo em vista que estes são chamados a representar os interesses específicos de um segmento, e normalmente ele pertence à mesma categoria profissional dos representados.

Outra questão no que diz respeito à relação entre representante e representados, foi quais eram as formas de contato mais utilizadas para a realização de contato com a organização que representa no comitê de bacia. Nesta questão, os respondentes podiam indicar mais de uma opção.

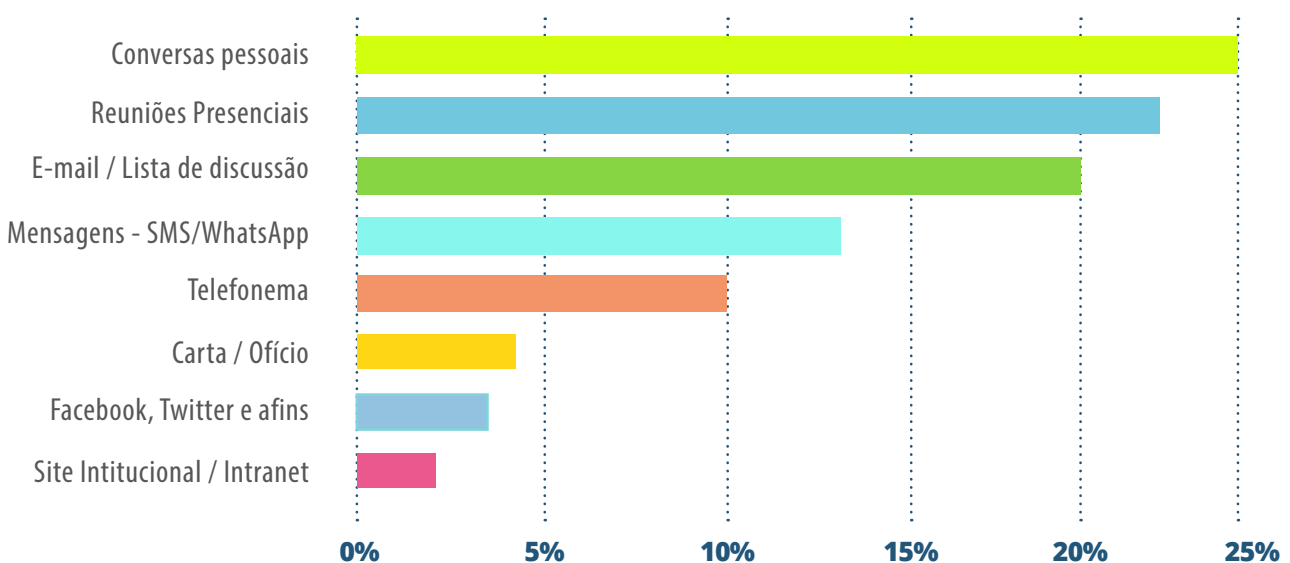


Gráfico 12: Formas de contato mais utilizadas para contato com a organização que representa. Dados de pesquisa



Após questionarmos sobre a atuação do representante, perguntamos a percepção dele sobre a atuação dos demais representantes do segmento de atuação, inserindo a seguinte questão: Para você, com que frequência a atuação dos(as) representantes corresponde aos interesses do respectivos segmentos de atuação?

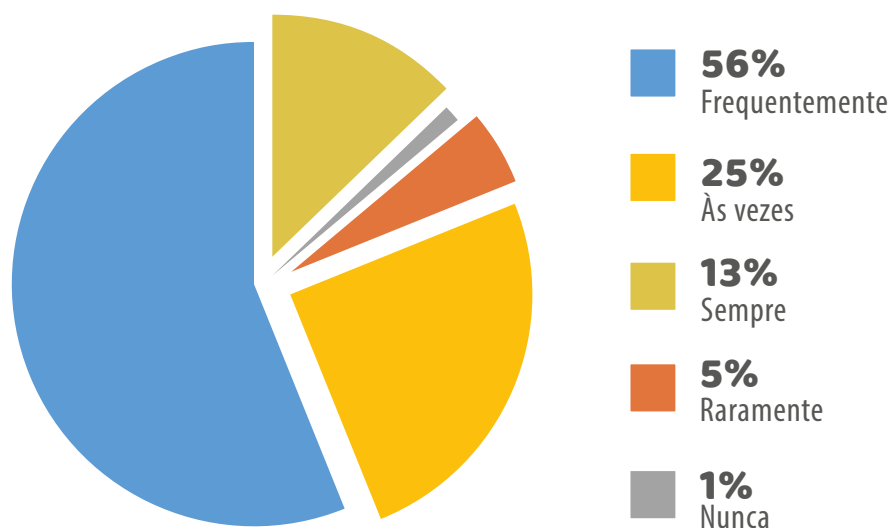


Gráfico 13: Percepção sobre a correspondência entre atuação dos representantes e segmento de representação. Dados de Pesquisa

Como pode ser observado no gráfico apresentado, para 13% dos respondentes a atuação dos representantes sempre corresponde aos interesses do respectivo segmento de representação; para 56% dos respondentes corresponde frequentemente aos interesses do segmento; os outros percentuais foram: às vezes, com 25%; raramente, com 5%, e nunca corresponde aos interesses do segmento de representação com 1% das indicações. Como pode ser observado nos dados na percepção dos representantes a atuação dos demais membros nem sempre (31%) corresponde aos interesses dos respectivos segmentos.

Considerando que o processo decisório do comitê deve decorrer de amplo processo de articulação e negociação, devendo ser embasado por estudos técnicos para subsidiar as decisões políticas. É, portanto, um processo comunicativo de opinião e formação da vontade que precede o momento da tomada de decisão. Nesse sentido, considerando que o processo decisório do comitê deve decorrer de amplo processo de articulação e negociação, devendo ser embasado por estudos técnicos para subsidiar as decisões políticas, perguntamos a percepção dos representantes se os assuntos tratados no Comitê são facilmente compreendidos por todos os representantes, e se a linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os representantes (Gráfico 14).



Os assuntos tratados no CBH são facilmente compreendidos por todos os representantes?



A linguagem utilizada nas reuniões é facilmente compreendida e apropriada por todos os representantes?



■ Não ■ Sim, parcialmente ■ Sim, plenamente

Gráfico 14: Percepção sobre a comunicação e entendimento dos representantes. Dados de pesquisa

Considerando que a maioria dos participantes tem alto nível de escolaridade, o resultado é preocupante, ainda mais se considerarmos a necessidade da ampliação da base social na gestão de recursos hídricos. Se os membros atuais, com o nível de escolaridade que apresentam, estão dizendo que parcialmente compreendem os assuntos (58%) e a que também parcialmente compreendem a linguagem utilizada (45%), parece demonstrar a necessidade de se repensar a forma de apresentação dos temas nas reuniões dos colegiados. O fato de que eles compreendem parcialmente os assuntos, pode estar ligado ao modus operandi dos Comitês, tais como: com que prazo eles recebem as informações para discutir com seus pares? Qual é o tempo que cada um dedica para a leitura de documentos para tomada de decisão? Para a tomada de decisão o processo de informação e transparência e mesmo o método para a tomada de decisão é importante.

No que se refere aos assuntos tratados alguns dos respondentes indicaram a necessidade de maior entendimento sobre a legislação das águas e gestão de recursos hídricos; e as atribuições de um comitê de bacia, ou seja, o papel do organismo colegiado e a forma como ele, representante, se insere neste espaço, suas funções ou a profundidade dos temas que estão sendo discutidos. Como exemplo foram citados: as “questões muito técnicas causam dúvidas, como vazão mínima Q7,10, Q98 etc.”; “o Plano da Bacia ainda é pouco compreendido”, sendo também citado a rotatividade de membros, “o caso de alternância de representantes de alguns setores impede o aprofundamento do coletivo do comitê para os seus propósitos”, sendo “difícil nivelar os conhecimentos dos participantes”. “Muitos participantes são leigos no assunto e não conseguem dimensionar o motivo pelo qual estão participando. depois de algumas reuniões, acabam por se afastar”, o que pode contribuir para o esvaziamento do espaço deliberativo.



Todas as atribuições do comitê pressupõem ampla discussão e acordos entre as partes envolvidas, entretanto, um dos respondentes observa que “Existem alguns segmentos em que as questões econômicas são absolutas, com pouco espaço para a discussão e comprometimento com a gestão social da água”. No entanto, as discussões não são um fim em si mesmo, e o comitê só tem sentido quando consegue exercer de forma plena suas atribuições legais, e como observa um dos respondentes “às vezes tenho a impressão de que não temos total percepção das consequências de nossas deliberações nas assembleias”.

Questionou-se também aos representantes quantas horas em média, por mês, ele dedica-se às atividades ligadas ao Comitê de bacia (Gráfico 15). Os resultados mostram que quase a metade dos representantes (58%) dedicam menos de cinco horas por mês em atividades relacionadas aos comitês de bacias. Na sequência, 30% dos representantes indicaram que se dedicam de seis a dez horas por mês; 5% dedicam entre 11 a 15 horas; 4% entre 16 a 20 horas; e 3% dedicam-se mais de 21 horas por mês às atividades do comitê. Este dado, de forma isolada, parece não ser significativo, porém quando observamos conjuntamente com as informações com apreensão dos assuntos abordados no âmbito dos comitês, pode-se sugerir que mais horas de dedicação poderiam ampliar o entendimento dos representantes acerca dos temas recorrentes ao ser representante. A questão do tempo de dedicação pode ajudar a refletir sobre a questão da compreensão ou não dos assuntos no âmbito do Comitê de Bacia.

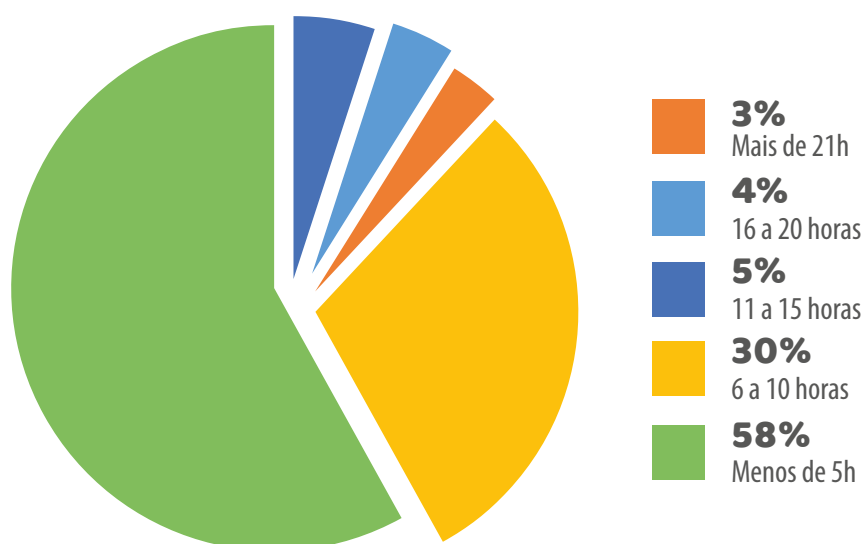


Gráfico 15: Tempo médio de dedicação às atividades do comitês por mês. Dados de pesquisa





PERCEPÇÃO DOS REPRESENTANTES SOBRE OS ORGANISMOS COLEGIADOS

Nas questões seguinte, buscou-se conhecer a percepção dos participantes quanto à efetividade dos comitês de bacias hidrográficas no que concerne a sua capacidade de se organizar e influenciar diferentes esferas governamentais. Visando ampliar esse entendimento na primeira questão pedimos para que avaliassem (de muito satisfatório à insatisfatório) a composição do CBH em relação a: Nível de informações que os representantes do comitê dispõem para argumentar ou decidir sobre as pautas das reuniões; Forma de escolha das entidades com assento no CBH; Número de representante em cada segmento; Diversidade de setores representados.

Nível de informações que dispõem para argumentar ou decidir sobre as pautas das reuniões



Forma de escolha das entidades com assento no CBH



Número de representantes em cada segmento



Diversidade de setores representados



■ Muito satisfatória ■ satisfatória ■ Indiferente ■ Pouco satisfatória ■ Insatisfatória

Gráfico 16: Percepção do representante quanto a composição do comitê. Dados de pesquisa

Os resultados sobre o 'Nível de informações que os representantes do comitê dispõem para argumentar ou decidir sobre as pautas das reuniões' foi considerado satisfatória e muito satisfatória por 66% dos representantes deste Estado. Entretanto, o percentual de representantes que consideram o nível de informações de indiferente a insatisfatória (34%), para a participação, se mostrou expressivo. Os resultados sobre o nível de informação é um pouco diferente quando os atores foram perguntados sobre a satisfação em relação à informação. Neste resultado aqui, os integrantes estão mais



satisfeitos com a informação, diferente da anterior. Eles também estão satisfeitos com a forma de escolha das entidades para terem assento no Comitê, resultado que pode gerar uma acomodação sobre esta seleção. Esta reflexão também serve para o resultado sobre o número de cada segmento e a diversidade.

Na sequência, solicitamos que o respondente avaliasse o seu grau de articulação com representantes de outros segmentos no espaço do Comitê de Bacia (Gráfico 17).

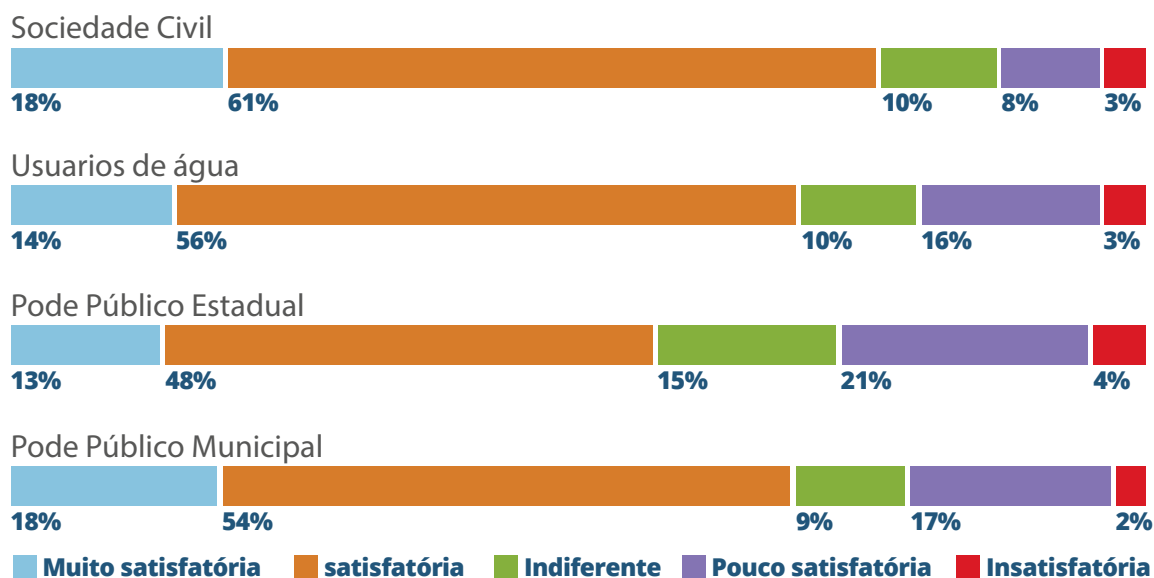


Gráfico 17: Auto-avaliação do grau de articulação do representante com os de outros segmentos do Comitê. Dados de pesquisa

Observa-se maior dificuldade de aproximação com o segmento do poder público estadual. Na seguida perguntou-se “como você avalia o papel dos segmentos relacionados a seguir na atuação do CBH?”.

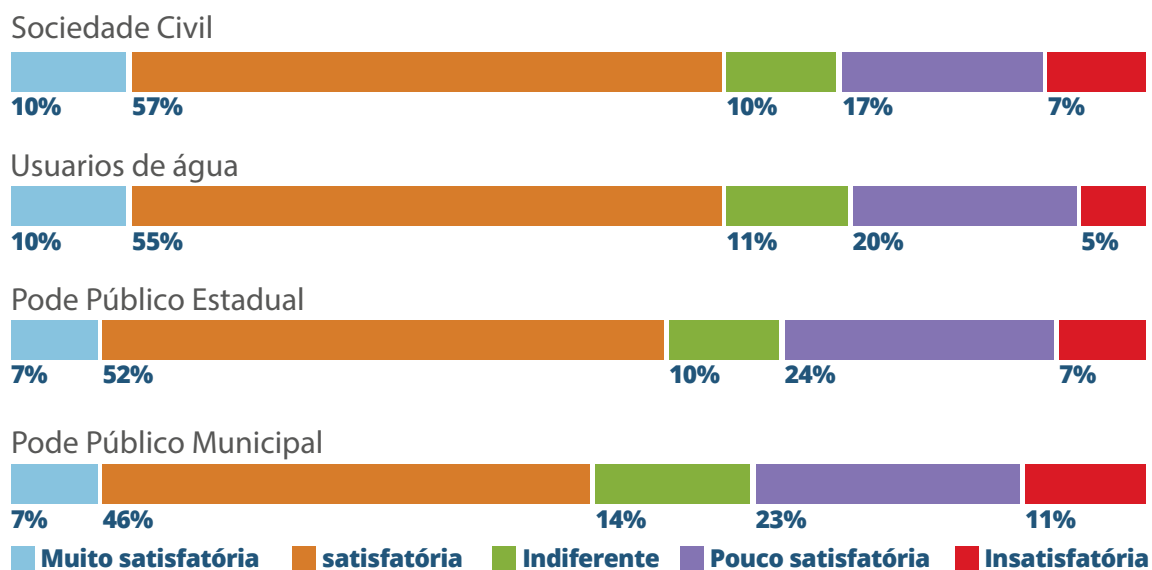
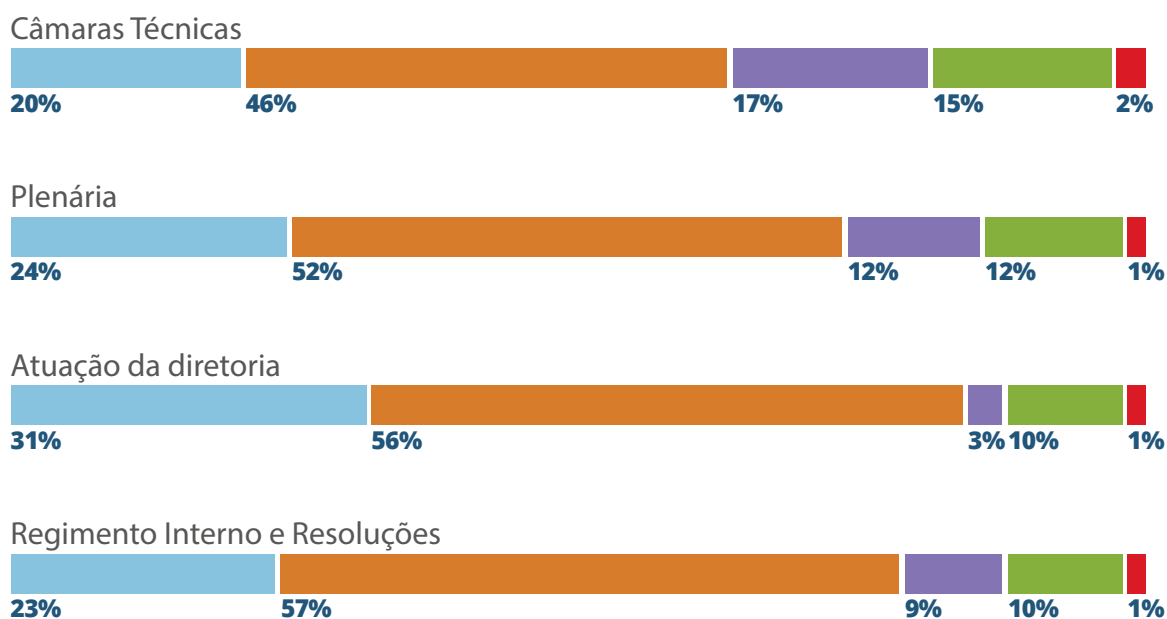


Gráfico 18: Percepção sobre atuação do segmento de representação no Comitê. Dados de pesquisa



De acordo com as respostas recebidas, 34% avaliam que a atuação da sociedade civil vai de indiferente à insatisfatória, assim como para os usuários de água isto chega à 36%, poder público estadual chega à 41% e poder público municipal chega à 48%. O resultado representa uma preocupante avaliação da participação dos poderes públicos, municipal e estadual, indicando a necessidade de melhorias na participação dos representantes destes segmentos. Isto pode gerar uma reflexão de quais são os representantes que o Estado (poder público estadual e municipal) está enviando para a representação destes entes, pois como o processo dentro do comitê é para a tomada de decisão, pode-se refletir se os atores enviados de fato tem liberdade e autonomia para a tomada de decisão.

A presença de um conjunto de estruturas burocráticas tais como mesa diretora, secretaria executiva (e seu modelo), câmaras ou grupos técnicos são partes importantes da estrutura que as compõem, pois contribuem com a capacitação dos membros. Sem a compreensão das regras e diretrizes gerais, os representantes dificilmente participarão adequadamente do processo. Considera-se assim que assimetrias (de formação e informação) compromete a organização democrática destas instituições. Tendo em vista estas considerações, pedimos aos representantes que avaliassem (de muito satisfatória a insatisfatória) as estruturas administrativas e organizacionais do Comitês: Secretaria Executiva; Meios de comunicação e divulgação (informes, página eletrônica, publicações); Regimento interno e resoluções; Atuação da Diretoria; Plenária e as Câmaras técnicas.



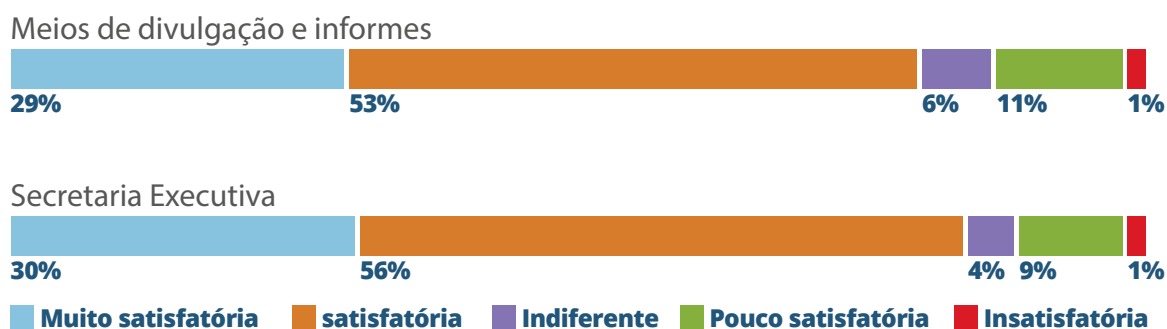


Gráfico 19: Percepção sobre as estruturas administrativas e organizacionais do Comitê. Dados de pesquisa

Dentre as estruturas dos comitês de bacia, as Câmaras Técnicas apresentaram maior indicativo que requer aperfeiçoamento, tendo em vista que 34% dos representantes avaliaram seu funcionamento estão entre indiferente (17%); pouco satisfatória (15%) e insatisfatória (2%). As câmaras técnicas possuem a atribuição subsidiar a tomada de decisões do comitê, por buscar desenvolver e aprofundar as discussões temáticas necessárias antes de sua submissão ao plenário. As Câmaras são constituídas preferencialmente pelos membros, titulares ou suplentes do comitê, ou, excepcionalmente, poderão ser compostas por representantes formalmente indicados por esses membros. Em geral, a composição deve procurar refletir a proporcionalidade entre os segmentos representados. Nesses fóruns de discussão, é comum serem convidados técnicos especialistas para que possam colaborar com os debates e enriquecer as análises efetuadas. (ANA, 2011b).

Também foram avaliados entre indiferente a insatisfatória: o Plenário com 25%, a atuação da Diretoria com 14%, o regimento interno está 20%, os meios de divulgação e informes com 18% e a Secretaria Executiva com 14%. Tendo em vista estes números, seria importante observar e estudar o que pode estar acontecendo, especialmente, com as Câmaras Técnicas, que parecem não estar conseguindo cumprir com seus objetivos.

Visando ampliar o entendimento sobre complicadores no exercício deliberativo, questionou-se aos representantes quais seriam as principais dificuldades e obstáculos enfrentados pelo Comitê. Em análise das respostas, percebeu-se que falta de estrutura e disponibilidade da pauta de reunião com antecedência não foram consideradas dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das atividades dos comitês. Com baixo percentual de indicações, apenas 7%, apareceram como dificuldades: Limitação de passagens e diárias para comparecimento de representantes às reuniões; Excesso de burocracia; e o mandato do representante não ser remunerado. Vale refletir se nas próximas pesquisas a inclusão de uma pergunta sobre o método de tomada de decisão e o formato das reuniões, pois algum grau de insatisfação pode estar relacionado à isso.



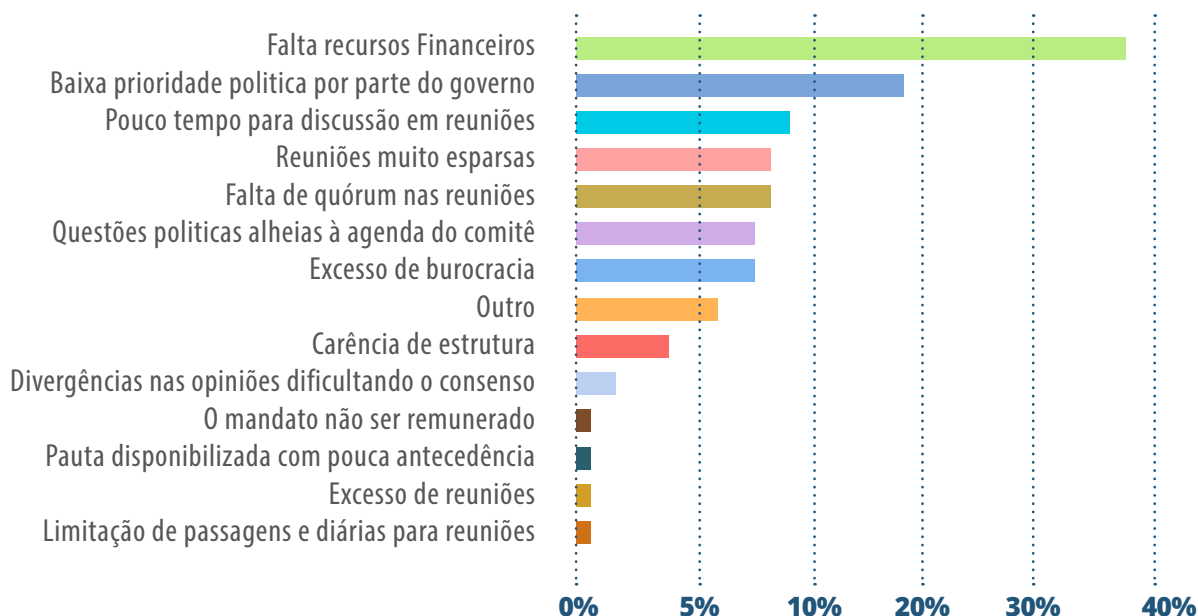


Gráfico 20: Percepção sobre as estruturas administrativas e organizacionais do Comitê. Dados de pesquisa

Em análise das respostas, percebeu-se que as maiores dificuldade apontada pelos representantes foi a falta de recursos financeiros com 34%. Na sequência aparecem a 'baixa prioridade política por parte do governo', com 21% e Falta de quórum nas reuniões, com 11%. Com 9% das indicações aparecem as indicações de que a realização de reuniões são muito esparsas, e para 8% há 'pouco tempo de discussão durante as reuniões'. A existência de 'Questões políticas alheias à agenda do comitê' recebeu 6% das indicações e o Excesso de burocracia, 5%. Em relação aos três primeiros itens, é possível dizer que eles estão relacionados entre si, já que a falta de recursos financeiros pode ser por conta da prioridade política dada a gestão dos recursos hídricos.

Em sequência, com baixos percentuais de indicação estão: a 'carência de estrutura' com 2%; 'a divergência nas opiniões dificultando o consenso', 'Pauta e subsídios para discussão disponibilizados com pouca ou nenhuma antecedência', Limitação de passagens e diárias para comparecimento de representantes às reuniões' e 'o mandato do representante não ser remunerado', com 1% das indicações .

Em sequência, questionou-se ao representante a sua percepção (de muito satisfatório a insatisfatório) sobre a influência do Comitê de Bacia (Gráfico 21) em outras esferas.

Câmara Municipal



Assembleia Legislativa



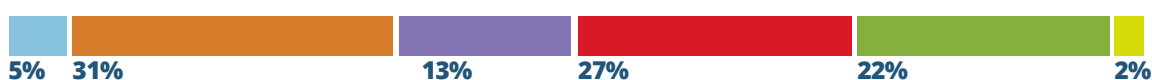
Sociedade Civil



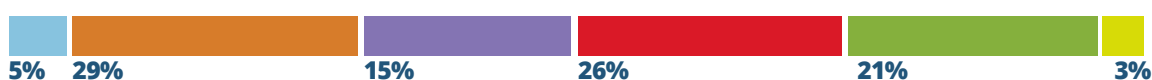
Setor produtivo



Opinião sobre RH



Opinião sobre RH



■ **Muito satis.** ■ **satisfatória** ■ **Indif.** ■ **Pouco satis.** ■ **Insatis.** ■ **Não**

Gráfico 21: Percepção sobre as influências do CBH. Dados de pesquisa

Na percepção dos respondentes, pode-se observar que o grau de influência dos Comitês de Bacia do Estado em outras esferas, em média, foi avaliado de indiferente a insatisfatória por 64%. Cerca de 62% considera que a opinião pública sobre recursos hídricos também vai de indiferente à insatisfatória e 2% não sabe. Para o item de iniciativas do setor produtivo e da sociedade civil, a avaliação de indiferente à insatisfatória respectivamente vão de 70% e 61%. Os que não sabem avaliar, são 5% para iniciativas do setor produtivo e 4% para iniciativas da sociedade civil. Cerca de 65%, avaliam que a influência dos CBHs sobre a Assembleia Legislativa vai de indiferente à insatisfatória e 15% não sabem avaliar. Já sobre as Câmaras Municipais, 64% considera também que vai de indiferente à insatisfatória e 6% não sabem avaliar.



APONTAMENTOS FINAIS



Neste trabalho buscamos contribuir para os estudos sobre a participação em comitês estaduais de bacia hidrográfica ao apresentar o perfil dos representantes membros e oferecer informações que possam apontar aspectos importantes da capacidade inclusiva dos representantes pesquisados, tendo como premissa que uma 'boa' governança é fundamental para alcançar a segurança hídrica.

Após a análise dos dados, observa-se que entre os respondentes há grande disparidade no que diz respeito a participação dos homens e mulheres. Sendo a participação das mulheres consideravelmente menor, apenas 38%. Este parece ser um reflexo do desafio, para o país como um todo, à igualdade de gênero em âmbitos políticos e representativos. Outra desigualdade de gênero, também equiparada ao âmbito nacional, se apresenta na remuneração dos agentes, onde as representantes do sexo feminino apresentam renda média menor que dos demais agentes.

Quanto à distribuição por idade, os comitês do estado de Santa Catarina apresentaram um equilíbrio entre as faixas etárias. A maioria dos representantes tem menos de 50 anos (59%). Possivelmente, evidenciando os investimentos na formação de representantes mais jovens, no intuito de darem continuidade no processo de participação social da gestão das águas, esse dado é positivo.

O perfil do nível de escolaridade dos participantes pode significar uma elitização na composição dos comitês de bacias e desta forma, merece uma reflexão sobre a participação de outros atores que ainda não estão dentro do processo de gestão de recursos hídricos por meio dos comitês de bacias.

Em resumo, os dados apresentados permitem traçar um panorama do perfil dos representantes membros de comitês de bacia, que em sua maioria, são do sexo masculino, das classes média e alta, possuem alta escolaridade, mas diferentemente de outros estados, menos de 50 anos. Espera-se que esses arranjos de governança devam ser capazes de incluir todos os indivíduos nos processos deliberativos e decisórios, independente das posições de poder que ocupem nas relações sociais.

Considerando que as representações nos comitês devem refletir o múltiplos interesses em sua jurisdição, podemos indagar se alta qualificação de grande parte dos representantes no que diz respeito à formação, e especialmente das áreas de engenharias não estariam deixando de fora organizações do território. Ou seja, seja por qual razão, os arranjos cooperados não estariam deixando de fora grupos que



representam outras linguagens, saberes e formações, mas que são representativos no território das bacias hidrográficas. Nesse sentido, observa-se que no caso dos comitês de bacia estudados, a promessa de inclusão de uma pluralidade de atores civis na gestão de políticas públicas das águas se concretiza muito parcialmente.

Outro ponto, refere-se ao percentual de participação em outras esferas políticas, ou seja, experiência em outros processos deliberativos, sendo também membros de outros organismos colegiados nacionais, estaduais e municipais, indicando, assim, alguma experiência neste tipo de atividade. Foi observado que 18% dos respondentes também participam de outros organismos de gestão de recursos hídricos e 46% participam de organismos colegiados em outras áreas. Esse resultado é um tanto quanto ambíguo, uma vez que a participação dos membros em outros organismos de gestão de recursos hídricos é muito baixa, o que pode acarretar em dificuldades de articulação. Porém a participação em demais organismos colegiados é crucial para integração de demais movimentos sociais às pautas dos comitês, e a porcentagem de membros participantes nesse quesito é bem satisfatória.

No que diz respeito a relação representante e representado, maioria dos representantes alega que mantêm frequentemente ou sempre contato com a organização que representa, o que é crucial para analisar o quão representativo é o agente. A concentração de consultas se faz para prestar contas sobre sua atuação e relatar os debates e deliberações. Embora também tenha sido observado respondentes que alegaram não manter contatos regulares (31%), ou não dispor de base de apoio (5%). Sobre a percepção dos representantes sobre a representatividade dos segmentos nos comitês, os respondentes alegaram majoritariamente que frequentemente os agentes atuam de acordo com os interesses de sua base, ou seja, as atuações dos agentes correspondem frequentemente ao respectivo segmento de representação.

Ainda sim, se mostrou expressiva a parcela de respostas que alegam que os atuações às vezes condizem com os interesses da base (25%), e ainda 5% 'raramente', assim ressalta-se a importância de se discutir como deve se dar esta comunicação. A Agência Nacional das Águas recomenda que sejam estabelecidos procedimentos para que esses representantes de fato exerçam bem suas funções de representação. E ainda, que há de se definir como esse representante deve informar e consultar a base representada e, assim, ter o exercício do seu mandato legitimado a cada debate e decisão a ser tomada no âmbito do comitê de bacia (ANA, 2011).



Os respondentes como um todo alegam compreender a linguagem utilizada, porém parte expressiva desses membros alegou compreender parcialmente, e ainda parte alega não entender, o que aponta para um possível gargalo na apresentação e discussão dos temas. Também identificamos um gargalo ao descobrir que mais da metade dos respondentes gasta 5 horas ou menos com assuntos relacionados ao comitê mensalmente. Esse resultado é muito preocupante.

No que tange a percepção dos membros sobre o funcionamento interno, pudemos observar que a maioria das questões foi respondida como satisfatória ou muito satisfatória. Entretanto, o percentual de representantes que consideram o nível de informações de indiferente a insatisfatória (34%) é expressivo. Os respondentes também relatam maior dificuldade de articulação com o setor do poder público estadual e apontam como menos satisfatória a atuação do poder público municipal.

Dentre as estruturas dos comitês de bacia, as Câmaras Técnicas apresentaram maior indicativo que requer aperfeiçoamento, tendo em vista que 34% dos representantes avaliaram seu funcionamento estão entre indiferente (17%); pouco satisfatória (15%) e insatisfatória (2%). As maiores dificuldades apontadas foram a falta de recursos financeiros e a pouca prioridade por parte do poder público.

Ao questionar sobre a influência dos CBHs, obtivemos o indicador mais preocupante. A maioria dos respondentes alega ir de indiferente à insatisfatória a influência das ações deliberadas em comitês nos seus respectivos alvos, sociedade civil, setor produtivo e poderes públicos.

A participação dos representantes é um fator crítico e princípio fundamental para a gestão e governanças das águas, tendo em vista a possibilidade de melhorar a qualidade das decisões, dar legitimidade a gestão, melhorar as relações entre os atores envolvidos. A representação importa na medida em que permite observar quão representativa é uma instituição participativa da população em geral (idade, sexo, educação), e se não têm grupos ou interesses relevantes excluídos da participação, ao mesmo tempo em que ajuda na identificação da distribuição do poder dentro das instituições participativas. A representação implica a pluralização da representação da participação dos atores e a sua legitimidade (quem, o que e como se representa), assim como dessas institucionalidades, dado as especificidades dos mecanismos de autorização e de accountability nos processos participativos. Portanto, a legitimidade democrática das instâncias de participação não está dada, mas é contingencialmente buscada na qualidade do processo representativo que ela engendra e no contexto sociopolítico ao qual são instituídas.





REFERÊNCIAS

ANA - Agência Nacional de Águas O Comitê de Bacia Hidrográfica: O que é o que faz?. Agência Nacional das Águas (Cadernos de capacitação em recursos hídricos; v. 1. Brasília: SAG., 2011.

ANA - Agência Nacional de Águas. Progestão - Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas.

BOBBIO, N. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Lei no. 9.433. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1o da Lei no. 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei no. 7.990, de 28 de dezembro de 1989. De 8 de Janeiro de 1997.

CHHOTRAY, V.; STOKER, G. Governance Theory and Practice: A Cross-Disciplinary Approach. England: Palgrave Macmillan, 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. IBGE. Censo, 2010.

IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pesquisa/53/49645?ano=2019&indicador=49645>

SANTA CATARINA. Sistema de Informações de Recursos Hídricos do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <http://www.aguas.sc.gov.br/>

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; AZEVEDO, Sérgio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Democracia e gestão local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. IN: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves; Azevedo, Sérgio; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004.

FACE

FACULDADE
DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS

U F *m* G
